



Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social  
Sub-eixo: Estado, políticas sociais e movimentos sociais

## AS DESIGUALDADES NO CAPITALISMO E AS INTERVENÇÕES DO ESTADO: ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO E REPRODUÇÃO SISTEMÁTICA

TAINÁ ROCHA DOS SANTOS<sup>1</sup>  
VICTOR FELIPE LINS DA SILVA<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo salientar o desenvolvimento do modo de produção capitalista, visando destacar a conotação assumida pela pobreza e desigualdade social na sociedade pautada nos interesses do capital. O método utilizado nesta pesquisa se baseia no materialismo histórico-dialético. Tendo isso em vista, ressalta que o modo de produção capitalista, ao longo de sua trajetória, procura sempre traçar novas estratégias para conseguir garantir sua manutenção e reprodução na condição de sistema de dominação global, sendo assim, encontrando no Estado, para além das garantias de sua reprodução, as possibilidades de legitimação político-econômica.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Desigualdade Social. Estado.

**Abstract:** This work aims to highlight the development of the capitalist mode of production, aiming to highlight the connotation assumed by poverty and social inequality in the society based on the interests of the capital. The method used in this research is based on historical materialism-dialectical. With this in view, it points out that the capitalist mode of production, throughout its trajectory, always seeks to trace new strategies to ensure its maintenance and reproduction in the condition of global domination system, thus finding in the state, in addition to the guarantees of its reproduction, the possibilities of political-economic legitimacy.

**Keywords:** Capitalism. Social inequality. State.

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho realiza uma discussão em torno ao desenvolvimento do modo de produção capitalista (MPC), visando destacar a conotação assumida pela pobreza e desigualdade social na sociedade capitalista, à luz de autores como Paulo Netto e Braz (2012); Montañó e Duriguetto (2011); Marx (1996); e Santos (2012) - prezando por um resgate histórico do sistema do capital, tendo em vista a compreensão de sua fase contemporânea.

Também tem por objetivo salientar as formas que o Estado – enquanto um instrumento a serviço da classe dominante – utiliza para intervir frente às expressões

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <taina.rds@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal de Alagoas.

da "questão social", com destaque para as posturas assumidas por este nas diferentes conjunturas históricas vivenciadas pelo modo de produção capitalista. Tendo por base autores como Behring e Boschetti (2008); Paulo Netto (2009); Paniago (2009); e Potyara Pereira (2011).

Isto posto, o método utilizado para sua realização baseou-se no materialismo histórico-dialético, em que tais análises são retratadas a partir de pesquisa bibliográfica, vindo a ser desenvolvidas com base em material já elaborado, principalmente a partir de livros e artigos científicos.

## **2 DESDOBRAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA**

Desde o início da expansão capitalista, as contradições que lhe são inerentes demonstram a realidade sistêmica de disseminar problemas sociais, devido à intencionalidade capitalista de acumulação desenfreada de lucro. Para tanto, a exploração da força de trabalho se fez necessária, vindo a estabelecer a relação capital-trabalho, baseada na venda do único bem aqueles que não são possuidores dos meios de produção, ou seja, sua força de trabalho – acarretando, portanto, exploração e alienação do ser trabalhador.

Segundo Paulo Netto e Braz (2012), o Modo de Produção Capitalista é marcado pelo desenvolvimento das forças produtivas, durante o período da acumulação primitiva (entre os séculos XVI e XVIII), articulado ao período das Grandes Navegações, em que a capacidade humana vai se afastar das barreiras naturalmente postas. Tal período veio a representar um processo histórico que se produziu na Inglaterra, mas generalizou-se por espaços da Europa Ocidental, tido por Marx (1996), como a pré-história do capital e do capitalismo. Seu principal instrumento foram os “cercamentos” (*enclosures*) das terras comunais dos camponeses, através da violência brutal, terras transformadas em pastagens de ovelhas, expulsão de camponeses e uma série de legislações que ficaram conhecidas como “leis sanguinárias” devido a violência que era empregada aos trabalhadores. Este processo, acabou resultando na concentração da propriedade da terra (concentração fundiária) e no deslocamento, para as cidades, de uma enorme massa de homens, provida apenas de força de trabalho.

Neste modo de produção, o trabalho representa a atividade criadora de valor, em que se realiza apenas sob os comandos do capital. Com isso, surgem as classes sociais fundamentais do capitalismo: a classe burguesa, conformada nos proprietários dos meios de produção, e a classe trabalhadora, conformada naqueles que possuem apenas a propriedade da força de trabalho. Com isso, a relação capital-trabalho, de acordo com Montaño e Duriguetto (2011), é baseada numa relação de exploração, em que o trabalhador é obrigado a “[...] vender sua força de trabalho ao capitalista, estabelecendo [assim] uma relação de emprego, uma relação salarial” (p. 81). Tal relação acarreta na exploração e alienação do ser trabalhador, que agora trata-se de um trabalhador assalariado.

Assim, o processo de trabalho passa a ser submetido à Lei Geral da Acumulação Capitalista, que, de acordo com Marx (1996), tem por objetivo a mais-valia (como a produção do valor excedente não pago ao trabalhador e apropriado pelo capitalista), em que a exploração da força de trabalho se torna essencial à acumulação de lucro:

[...] essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para a autovalorização do capital (MARX, 1996, p. 274).

Paulo Netto e Braz (2012) ressaltam que o que vem a resultar da acumulação desenfreada do capital “[...] é, *simultaneamente*, um enorme crescimento da riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza” (p. 150, *grifo do autor*), consumando uma realidade polarizada entre riqueza e pobreza, entre exploradores e explorados.

Assim,

O processo capitalista de produção expressa [...] uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrendo o antagonismo que as permeia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 36).

Para que a exploração da força de trabalho ocorra se faz necessária uma demanda excedente de trabalhador, conformada no exército industrial de reserva, sendo esta a parcela da classe trabalhadora que não é incorporada pelo mercado de trabalho – o que marca o capitalismo, com base na grande indústria, a partir do século XIX.

[...] A organização do processo de produção capitalista, em seu pleno desenvolvimento, quebra toda a resistência; a produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital e a coação surda das relações econômicas consolida o domínio capitalista sobre o trabalhador (SANTOS, 2012, p. 35 *apud* MARX, 2001, p. 851).

Essa população supérflua era marcada pela precarização social inerente ao desenvolvimento capitalista, conformando na questão social, expressa através do processo de formação deste modo de produção, como “[...] a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia”, apresentando conflitos econômicos, políticos, sociais e culturais, com desdobramentos e expressões direcionados a todo o contexto sistemático (SANTOS, 2012, p. 25). Dessas expressões, a pauperização ganha notório destaque.

Montaño e Duriguetto (2011) salientam que nas sociedades pré-capitalistas a pauperização surge como resultado (para além da desigualdade na distribuição da riqueza) do insuficiente desenvolvimento da produção de bens e consumo ou da escassez de produtos. Já no modo de produção capitalista, quanto maior for o desenvolvimento maior será a acumulação do capital, que não tem por objetivo a promoção da distribuição igualitária da riqueza socialmente produzida, mas sim a concentração cada vez maior de capital, gerando mais empobrecimento e desigualdades sociais.

O avanço econômico do capitalismo, a partir do século XIX, foi acompanhado pelo crescimento da miséria da classe trabalhadora, condição esta que vinha a ser caracterizada pela exploração da força de trabalho e pelos baixos salários ofertados, além de grande parte da população estar sem trabalho, o que acentuava ainda mais a pauperização da classe trabalhadora.

Behring e Boschetti (2011) salientam que

[...] está na base do trabalho teórico presente na crítica da economia política empreendida por Marx, com a colaboração de Engels, a perspectiva de desvelar a gênese da desigualdade social no capitalismo, tendo em vista instrumentalizar sujeitos políticos – tendo à frente o movimento operário – para sua superação. Esse processo – a configuração da desigualdade, e que tem relação com a exploração dos trabalhadores, e as respostas engendradas pelas classes sociais e seus segmentos, a exemplo das políticas sociais – se expressa na realidade de forma multifacetada através da questão social (p. 52).

Assim sendo, a desigualdade social e a pauperização se apresentam como expressões das contradições capitalistas. Contudo, Mézáros (2007) ressalta que os componentes de resistência e de ruptura frente às expressões da "questão social" vinham a ser demarcados pela luta de classes.

Frente a exploração extenuante - tendo a mais-valia absoluta, a extensão do tempo de trabalho e a exploração do trabalho, como um todo, por base – a luta de classes expõe a "questão social", em que “[...] A luta em torno da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado são [...] as primeiras expressões contundentes da questão social, [...] repleta naquele momento de ricas e múltiplas determinações” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 55).

Tendo em vista o que buscamos salientar em torno ao desenvolvimento capitalista e suas implicações à realidade social, compreendemos que se faz necessário uma explicitação em torno às intervenções estatais, levando em consideração as demandas postas no decorrer do desenvolvimento do modo de produção capitalista, buscando apreender as mudanças no Estado capitalista e seus rebatimentos sobre as desigualdades sociais.

### **3 A INTERVENÇÃO DO ESTADO NAS EXPRESSÕES DA "QUESTÃO SOCIAL"**

Neste item, faremos uma breve abordagem sobre a intervenção do Estado frente às mudanças sofridas pelo modo de produção capitalista, de modo a ressaltar as principais mudanças em seu papel nas últimas décadas – diante da crise do capital e do processo de reestruturação produtiva – e seus impactos para a classe trabalhadora.

A pobreza é um determinante presente na humanidade nas mais diversas sociabilidades ao longo da história, marcada pela escassez de recursos necessários a

reprodução da vida social, condicionada por “[...] fatores ambientais e climáticos – estes, por sua vez, estavam diretamente ligados à produção agrícola, criação de animais domésticos e artefatos produzidos sem tecnologias avançadas” (DUARTE, 2014, p. 23). Porém, no modo de produção capitalista a pobreza ganha uma nova conotação, diferentemente dos modelos que lhe antecederam, a pobreza existente no capitalismo é caracterizada não mais pela escassez de recursos, mas sim pela apropriação, pela classe dominante, das riquezas produzidas pela classe trabalhadora.

Deste modo, a contradição capital x trabalho que é insuprimível no modo de produção capitalista gera no espaço social um conflito entre as classes fundamentais desse modo de produção (burguesia x proletariado) evidenciando, portanto, aquilo que se entende por “questão social”, que é reflexo das condições desumanas de vida e de trabalho na qual estavam submetidos os trabalhadores, tratando-se por sua vez de um elemento fundado nas determinações sociais, políticas e econômicas desta sociedade. Assim sendo, “[...] a expressão “questão social” vem dar conta do fenômeno ocasionado pelo processo de industrialização na Europa Ocidental quando, em meio à crescente acumulação, se generalizava o pauperismo da classe trabalhadora” (DUARTE, 2014, p. 23). Logo, a compreensão da “questão social”, implica considerá-la enquanto resultante das contradições e desigualdades postas pela Lei Geral - como salientado anteriormente. Assim, a “questão social” pode ser entendida como expressão

[...] do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletário e a burguesia (IAMAMOTO & CARVALHO, 2009, p. 77 *apud* SANTOS, 2016, p. 82).

As formas de enfrentamento à “questão social” assumidas pelo Estado antes da entrada do capitalismo em seu estágio monopolista se davam, de acordo com Behring e Boschetti (2011), de forma puramente coercitiva e punitiva, se materializando em legislações que tinham como objetivo punir a vagabundagem, obrigando os indivíduos, que se encontrassem em condições de trabalhar, a aceitar qualquer tipo de trabalho. São exemplos dessas legislações a *Lei dos Pobres* e a *Nova Lei dos Pobres* (1834), que ofereciam mínimos auxílios financeiros direcionados aos que não tinham condições físicas para desenvolver atividades de trabalho; porém, essas ações possuíam um caráter moralizador e religioso, não se objetivando na perspectiva de direito dos indivíduos.

Assim sendo, o Estado (que antes do imperialismo limitava sua intervenção

como garantidor da propriedade privada com o objetivo de assegurar as condições de produção e reprodução do capitalismo) passa a redimensionar seu papel, incidindo de forma direta e sistemática na dinâmica do modo de produção, tendo articuladas suas funções políticas e econômicas. De acordo com Paulo Netto (2009), as contradições no capitalismo – que decorrem de sua própria existência –, possibilitaram que fossem criadas as condições para que a classe trabalhadora pressionasse o Estado com o objetivo de obter respostas às suas reivindicações e interesses imediatos.

Vale ressaltar que as mobilizações e as lutas da classe trabalhadora, bem como a conquista de direitos resultante destas lutas (especialmente os políticos, que possibilitaram o direito à organização e ao voto), tiveram um papel fundamental na mudança da forma do Estado atuar/intervir nas expressões da “questão social”. Assim,

[...] a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.64).

Assim sendo, diante das reivindicações da classe trabalhadora e da nova conjuntura na qual se encontrava o capitalismo, as medidas direcionadas ao enfrentamento da “questão social” sustentadas no princípio da coerção e da assistência não surtiam mais efeito, necessitando de uma intervenção sistemática por parte do Estado que lhe permitisse controlar uma possível revolta da classe trabalhadora, através de concessões que garantissem o mínimo para que esta classe pudesse se reproduzir; ao mesmo tempo em que pudesse ser útil aos interesses do capital, assegurando as condições de reprodução deste sistema. Desta forma, as políticas sociais se desenvolveram como um novo modelo de enfrentamento às expressões da “questão social”, com algumas iniciativas ainda no final do século XIX, a título de exemplo o *Modelo Bismarckiano* instituído na Alemanha no governo do chanceler Otto Von Bismarck, que teve como vertente principal a lógica de seguro social, pois,

Em relação aos direitos, os benefícios cobrem principalmente (e às vezes exclusivamente) os trabalhadores contribuintes e suas famílias; o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações é proporcional à contribuição efetuada. Quanto ao financiamento, os recursos provêm fundamentalmente das contribuições diretas de empregados e empregadores, baseadas na folha de salários. Quanto à gestão, os seguros eram originalmente organizados em caixas estruturadas por tipos de risco social: caixas de aposentadorias, caixas de seguro-saúde, e assim por diante, e eram geridos pelos contribuintes, ou seja, por empregadores e empregados (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.66).

Contudo, por mais que no final do século XIX tenham se esboçado medidas de proteção social que incorporassem – de certa forma – algumas reivindicações da classe trabalhadora, a expansão e a “generalização” das políticas sociais (enquanto um instrumento normativo de intervenção contínua e sistemática nas expressões da “questão social”, geridas na esfera do Estado) ocorreu apenas a partir do pós-45, período conhecido como *Welfare State*, em que se expressou a expansão de políticas e direitos sociais nos países em que vivenciaram tal experiência.

O *Welfare State* (Estado de Bem-Estar), também caracterizado por alguns autores como Estado-providência, Estado Social, se consolidou como uma experiência (historicamente e geograficamente determinada) vivenciada por alguns países no segundo pós-guerra, orientado pelas políticas keynesianas – que, entre outras coisas, defendia o pleno emprego e a intervenção estatal no sentido de regular as relações socioeconômicas –, mediante a expansão e a ampliação dos direitos sociais para a classe trabalhadora, sendo estes, materializados através das políticas sociais. Desta maneira, o Estado Social, de acordo com Pereira (2011),

Não é propriamente um Estado, mas um tipo histórico, de sociedade (Pierson, 1991) que engloba diferentes esferas (produção, distribuição e consumo) e diferentes interesses (do mercado, do Estado, dos trabalhadores, dos cidadãos em geral) para lidar com fenômenos modernos fundamentais, como a formação dos Estados nacionais e sua transformação em democracias de massa; e a conversão do capitalismo em modo de produção dominante, a partir da Revolução Industrial. Seu surgimento, por conseguinte, está relacionado a demandas por maior igualdade e reconhecimento de direitos sociais e segurança econômica, concomitantemente com demandas do capital de se manter reciclado e preservado (p. 87).

Dessa forma, pode-se perceber que o Estado de Bem-Estar, para além das conquistas alcançadas pela classe trabalhadora, se configurou enquanto uma estratégia encontrada pelo sistema capitalista – neste contexto sustentado nos princípios keynesianos – para tentar responder a crise cíclica ocorrida entre 1929-1932, buscando retomar o ciclo de composição do capital através da intervenção do Estado nas relações econômicas e sociais, fazendo com que o consumo em massa fosse difundido, além de garantir a manutenção das altas taxas de lucro através da superexploração do trabalho, que veio se materializar com o modelo de produção fordista.

Assim sendo, os “anos dourados” do capitalismo tiveram como base a união dos princípios keynesianos com o modelo fordista-taylorista, baseado “[...] na



*produção em massa* de mercadorias, a partir de uma produção mais *homogeneizada* e enormemente *verticalizada*” (ANTUNES, 1999, p. 36-37 apud PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 198; grifos dos autores).

É importante ressaltar que ao realizar essas concessões de direitos à classe trabalhadora, o Estado burguês escamoteou os antagonismos de classes existentes na dinâmica do modo de produção capitalista, e que por mais que a classe trabalhadora tenha conseguido significativas melhoras nas condições de vida e de trabalho, principalmente por alguns países terem vivenciado a sensação de pleno emprego, ainda assim “[...] para o movimento operário organizado, essa possibilidade histórica implicou abrir mão de um projeto mais radical, em prol de conquistas e reformas imediatas, incluindo-se aí os direitos sociais, viabilizado pelas políticas sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 88).

Esse “aparente compromisso” firmado entra a burguesia e a classe trabalhadora, diante a realidade das altas taxas de lucro, entre outros fatores que configuraram os “anos dourados” do capitalismo, começa a dar sinais de esgotamento a partir do fim da década de 1960, quando da eclosão de uma nova crise, que vai trazer à cena a crítica neoliberal ao Estado intervencionista que se expressa no argumento da ineficiência do Estado em relação a intervenção na economia, e com os gastos excessivos com proteção social – que de acordo com a ideologia neoliberal esses seriam os principais fatores para a crise vivenciada a partir dos anos 1970.

A crise estrutural que teve sua eclosão nos anos 1970, juntamente com a ascensão do projeto neoliberal, a partir da reestruturação produtiva trouxe inúmeras consequências para a classe trabalhadora, indo na contramão dos direitos conquistados anteriormente no Keynesianismo, principalmente em relação as mudanças ocorridas na esfera da relação capital/trabalho (instituição da flexibilização, da terceirização e da privatização).

Desta forma,

*A reação burguesa à crise do capital promoveu uma reconfiguração do papel do Estado capitalista nos anos 1980 e 1990, o que refletiu diretamente na forma de implementação das políticas sociais, destruindo o intervencionismo estatal de tipo keynesiano, e implementando programas de austeridade de natureza deflacionista, denominados de “ajustes estruturais” (SANTOS, 2016, p. 173, grifos do autor).*

Com isso, as políticas sociais assumiram uma nova configuração, passando a

ser cada vez mais focalizadas e seletivas, rompendo com o caráter de universalidade, e tendo como tendência cada vez mais a desresponsabilização estatal pelos seus recursos e gerenciamento. Desta maneira,

[...] o “projeto/processo neoliberal” constitui a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital – em face da crise, do avanço tecnocientífico e das lutas de classes que se desenvolvem no pós-1970, e que se desdobra basicamente em três frentes: a ofensiva contra o trabalho (atingindo as leis e os direitos trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “(contra)reforma” do Estado” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.193; grifos dos autores).

Dessa forma, o modo de produção capitalista demonstrou ao longo de sua história que nos períodos de crise – em que se fazem necessárias para o capital, tendo em vista a retomada do aumento da taxa de lucro – são necessárias medidas políticas e econômicas que, além de superar as crises, lhe permitam garantir sua acumulação e reprodução.

Paniago (2009), salienta as consequências da crise e as posturas assumidas pelo Estado no sentido de garantir a retomada das taxas de lucro pelo capital,

As privatizações de empresas estatais, a flexibilização do papel do Estado na implementação de políticas sociais, a transferência de funções públicas para setores públicos não estatais, a reforma da previdência, tributária, administrativa, trabalhista/sindical e universitária, as ações com o intuito de derrubar todas as barreiras legais para a penetração do capital em áreas agora atrativas à busca de lucro constituem o conjunto das medidas, bem como o enfraquecimento da resistência dos trabalhadores através da perda de direitos, do desemprego, da precarização do trabalho e da redução do valor real dos salários. O Estado tem por finalidade, como antes, tomar as providências adequadas que favoreçam economicamente e deem garantias políticas à acumulação do capital em sua nova configuração financeira (claro, preservada a base produtiva associada aos interesses comuns da acumulação global.) (p. 67).

Com isso, o neoliberalismo também significou uma destas tentativas de superação da crise; porém, para Boschetti et al. (2010, p. 83), o modelo neoliberal – como também o Welfare State – não se constituiu enquanto uma via de superação à crise e seus rebatimentos, pois sua superação só será possível com a superação da sociedade capitalista através “[...] do fortalecimento das lutas sociais, da organização da classe trabalhadora e da construção de um projeto de sociedade emancipada, em que a emancipação humana signifique socialização da riqueza”, perpassando o esgotamento de todas as formas de mercantilização da vida.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apreendendo o movimento do trabalho na realidade capitalista, Paula e Santos (2014) ressaltam que o avanço do capitalismo desenvolve manobras com o intuito de superar as crises, que são inerentes ao sistema, ao propor soluções de aperfeiçoamento das técnicas de trabalho, mas que suas estratégias sucumbem na disseminação de ações desajustadas, como o vem a ser demonstrado na deflagração das expressões da "questão social". As tentativas capitalistas de superação se direcionaram (e continuam se direcionando) mais à amenização dos problemas por ele gerados, do que a resolvê-los: o que se torna uma bola de neve de agravos.

Diante das reflexões trazidas neste trabalho, à luz das discussões realizadas por autores como, Paulo Netto (2006), Bizerra (2016), Behring e Boschetti (2008), entre outros, pode-se afirmar que o modo de produção capitalista - fundamentado nos antagonismos e contradições presentes nas sociedades de classes -, ao longo de sua trajetória, procura sempre traçar novas estratégias para conseguir garantir sua manutenção e reprodução na condição de sistema de dominação global, sendo assim, encontra no Estado, para além das garantias de sua reprodução, as possibilidades de legitimação político-econômica.

Desta forma, percebe-se que historicamente o Estado assume uma relação indissociável com os interesses sócio reprodutivos da sociedade capitalista, de modo que nos mais diversos momentos históricos o Estado atua no sentido de cumprir sua função social, que é garantir as condições necessárias para a reprodução e manutenção da classe economicamente dominante.

Com isto, o capital seguirá com a premissa básica de aumentar ao máximo suas fontes de obtenção de lucro, impactando diretamente as condições de vida da classe trabalhadora, pois haverá momentos em que para que o capital possa se reproduzir terá de “conceder” alguns direitos para classe trabalhadora, em outros, - especialmente nos momentos de crise – procurará saídas para aumentar ainda mais a extração do lucro, atacando diretamente os direitos dos trabalhadores, afetando assim as suas condições de vida e de reprodução.

Todavia, apreende-se que modificações relevantes à classe trabalhadora apenas ocorreram, de fato, caso se rompa com a lógica cruel do capital, na construção de uma nova alternativa social, pautada numa sociedade livre de qualquer tipo de dominação e exploração. Assim, a superação do atual sistema de produção vem a ser

debatida, diante do cenário de supostas dificuldades temporárias (sumariamente direcionadas ao subdesenvolvimento sistemático setorizado), demonstrando que estão, cada vez mais, adentrando na realidade de países até então desenvolvidos aos moldes do capital – o que demonstra e afirma o caráter crítico e problemático do vigente modo de produção.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2).

BIZERRA, Fernando de Araújo. **Estado e Capital: uma coexistência necessária**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.). **Capitalismo em crise, Política Social e Direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

DUARTE, Karina Lima. **Questão agrária e “questão social”**: mediações do caso brasileiro. 2014. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política** (Livro primeiro: O processo de produção do capital – Tomo 2). São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.5).

PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.). et al. **Marx, Mézáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2009.

PAULA, Ederlita Silva de; SANTOS, Tainá Rocha dos. O desemprego crônico como consequência da crise estrutural do capitalismo. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL - ENPESS, 2014, Natal/RN. **Lutas Sociais e Produção do Conhecimento: desafios para o Serviço Social no Contexto de Crise do Capital**. ISBN 978-85-89252-14-0, 2014.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Milena. **Estado, Política Social e Controle do Capital**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.